

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. – CEASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – CEASA (“Companhia” ou “Ceasa”) é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, SP 065, Km 140,5 – Pista Norte – Barão Geraldo – Campinas/SP e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A Ceasa tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissionamento de espaço na Centrais de Abastecimento, Hortomercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Companhia administra o convênio Programa Municipal de Alimentação Escolar da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 362 escolas, municipais e estaduais, localizadas no município, e das 150 salas de aulas de jovens e adultos de Campinas.

A Ceasa executa através de Termo de Cooperação assinado junto à Prefeitura de Campinas os programas de segurança alimentar “Banco de Alimentos” e “Prato Cheio”, que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas para 150 entidades assistenciais da cidade que atendem cerca de 30 mil pessoas. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade para a educação alimentar e a difusão de técnicas de eliminação de desperdícios e cuidados sanitários no uso de alimentos. O Banco de Alimentos faz também a análise técnica e a distribuição das cestas básicas do Programa “Prato Cheio Campinas” da Prefeitura. Esse Programa atende mais de 6 mil famílias com cestas básicas mensais em cerca de 60 bairros carentes do município. O Programa Prato Cheio distribui também sacolas semanais de frutas, verduras e legumes, doados pelos atacadistas da Ceasa ao Instituto de Solidariedade Alimentar (ISA) que funciona na Ceasa.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1 ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA - LEI Nº 11.638 DE 2007 E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449 DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. O objetivo da referida Lei foi atualizar a legislação societária brasileira a fim de possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Adicionalmente, em 3 de dezembro de 2008 entrou em vigor a Medida Provisória nº 449 que também introduziu alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia estabeleceu como data de transição para a adoção das novas práticas contábeis o dia 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 ("CPC 13") desobrigou as companhias a aplicarem o disposto na Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, a Companhia demonstre o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a faculdade prevista no CPC 13 e informa que não existiram efeitos relevantes quando da aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil que merecessem ajustes decorrentes da mudança de prática a serem registrados na conta de lucros acumulados. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo representadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 foram preparadas considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais permitidas pelo CPC 13, sendo elas:

a. Isenção sobre a apresentação de demonstrações contábeis comparativas:

As demonstrações contábeis de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações contábeis de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia.

b. Considerações sobre o cálculo do ajuste a valor presente:

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, o conceito de ajuste a valor presente foi aplicado pela Companhia para ativos e passivos não circulante e para os relevantes circulante quando tiverem juros implícitos ou explícitos embutidos. Não há ajustes relevantes que merecessem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

c. Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08:

A Companhia irá consignar a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

d. Apresentação da demonstração dos fluxos de caixa:

A Companhia substituiu a demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, apresentando de forma comparativa com 2007.

e. Eliminação da linha de resultado não-operacional:

A Medida Provisória nº 449/08 promoveu a eliminação da linha de resultado não-operacional. Em função disso, a Companhia reclassificou esses valores nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 para a linha de outras receitas (despesas) operacionais.

2.2 RECLASSIFICAÇÃO DE 2007

Para melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis, foram feitas algumas reclassificações conforme demonstradas a seguir:

Demonstração contábil/Rubrica	Anteriormente publicado	Reclassificação	Republicado
Balanços patrimoniais			
Imobilizado	92.768	(71)	92.697
Intangível	-	71	71
Demonstração dos resultados			
Outras receitas (despesas) operacionais	-	113	113
Resultado não operacional	113	(113)	-

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A moeda funcional e de apresentação da companhia é o real (r\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: (i) a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.3. RESULTADO

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. TRIBUTAÇÃO

Tributos indiretos

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS): 0% a 18, alguns itens possuem base de cálculo reduzida entre 38,89% e 66,66%.
- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas na demonstração do resultado.

Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os valores relacionados aos créditos ou débitos tributários diferidos são irrelevantes. Por esse motivo, não foram considerados nas demonstrações contábeis da Companhia.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

3.5. ATIVOS CIRCULANTES

Caixa e equivalente de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelos seus valores presentes e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos, adotando-se o seguinte critério:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão %</u>
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

3.6. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Investimentos

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

Imobilizado

Os saldos das rubricas “Instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas, computadores e periféricos, veículos, móveis e utensílios, e outros” estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas “Terrenos, Edificações e Urbanizações” estão registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido. A reserva de reavaliação é realizada em contrapartida da conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que as originaram.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Intangível

É registrado ao custo de aquisição e deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, e estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

3.7. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

O § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, determina que a Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A título de informação, o CPC 13 excepciona que a primeira das análises periódicas referidas pela legislação atual no que tange à revisão e ao ajuste dos critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização deve produzir efeitos contábeis até o término do exercício que se iniciar a partir de 1º de janeiro de 2009.

3.8. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.9. PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

Provisão para contingências

A Companhia constitui provisão para todos os processos judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda é considerada possível ou provável, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

3.10. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.11. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamento: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia.

3.12. PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando a quantidade de ações em circulação no final do exercício.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa	1	7
Bancos	846	1.312
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	<u>153</u>	<u>315</u>
	<u>1.000</u>	<u>1.635</u>

(*) Refere-se à aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário - CDB indexado a uma taxa de 95% e 97% do CDI e não possui prazo determinado para resgate.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Permissionários a receber	406	832
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15)</u>	<u>(45)</u>
	<u>391</u>	<u>787</u>

Aging list

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
A vencer	95	389
Vencidos de 1 a 30 dias	153	197
Vencidos de 31 a 60 dias	62	73
Vencidos de 61 a 90 dias	19	31
Vencidos há mais de 90 dias	<u>77</u>	<u>142</u>
	<u>406</u>	<u>832</u>

6. PREFEITURA DE CAMPINAS - CONVÊNIOS

	Natureza das operações	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Convênio - Programa de alimentação escolar	(1)	5.018	786
Convênio - Banco de alimentos	(2)	<u>32</u>	<u>26</u>
		<u>5.050</u>	<u>812</u>

- (1) Refere-se a valores a receber decorrentes do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (2) Refere-se aos valores a receber decorrentes dos custos para execução do convênio Banco Municipal de Alimentos. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

7. ESTOQUES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	365	70
Material para consumo próprio da Ceasa	<u>142</u>	<u>153</u>
	<u>507</u>	<u>223</u>

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo é representado, substancialmente, pela Ação de Execução de Título Extrajudicial, que a Companhia protocolou contra o Supermercados Ven-Ká Ltda., no montante principal de R\$54, referente a 10 meses e 26 dias proporcionais de aluguel. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a possibilidade de recebimento desse crédito é de 30%, ou seja, R\$16 em 2008 e 2007. Desse modo, a Companhia constituiu 70% de provisão para perda.

9. INVESTIMENTOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Telefonia	54	54
CPFL	-	1
	<u>54</u>	<u>55</u>
Provisão para perdas	<u>(29)</u>	<u>(25)</u>
	<u><u>25</u></u>	<u><u>30</u></u>

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2008	2007 (Reclassificado)
Edificações	1,69 a 2,86	8.377	(3.477)	4.900	4.541
Instalações	10	2.023	(993)	1.030	1.165
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.429	(551)	878	945
Urbanizações	2,33 a 3,33	1.181	(555)	626	678
Computadores e Periféricos	20	654	(394)	260	333
Terrenos	-	627	-	627	627
Veículos	20	516	(491)	25	22
Móveis e utensílios	10	227	(157)	70	92
Obras em andamento (*)	-	48	-	48	48
Outros	10 e 20	387	(157)	230	281
		15.469	(6.775)	8.694	8.732
<u>Ativos reavaliados</u>					
Edificações	1,69 a 2,86	48.405	(4.755)	43.650	44.747
Terrenos	-	35.053	-	35.053	35.053
Urbanizações	2,33 a 3,33	4.575	(532)	4.043	4.165
		88.033	(5.287)	82.746	83.965
		<u>103.502</u>	<u>(12.062)</u>	<u>91.440</u>	<u>92.697</u>

(*) O saldo da conta refere-se a projetos de engenharia para construção do Pavilhão de Beneficiamento 3 (PB3), com previsão de conclusão em dois anos.

Reavaliação de ativos

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 2 de setembro de 2004. O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	Valor reavaliado	Valor contábil líquido	Mais valia
Edificações	52.696	4.291	48.405
Terrenos	35.680	627	35.053
Urbanizações	5.431	856	4.575
Totais	93.807	5.774	88.033

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor reavaliado dos terrenos, edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

A Administração da Companhia decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação e entende que, dessa forma, seus ativos estão sendo apresentado pelo possível valor de recuperação, o qual não ultrapassa valores de mercado atuais, não necessitando de nenhuma provisão para perdas (*Impairment*).

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2008	2007
Direito de uso	20	569	(515)	54	71
		569	(515)	54	71

(Reclassificado)

12. FORNECEDORES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	4.939	1.403
Permissão de uso - Ceasa	670	606
Convênio - Banco municipal de alimentos	7	9
	<u>5.616</u>	<u>2.018</u>

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

Referem-se ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação, constituída em 2 de setembro de 2004.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
IRPJ diferido - reavaliação	11.899	12.204
CSLL diferido - reavaliação	4.292	4.402
	<u>16.191</u>	<u>16.606</u>

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza	Probabilidade de perda				Contingências	Depósitos e bloqueios judiciais (*)	Provisionado	
	Provável	Possível	Remota	Total			2008	2007
Trabalhista - Ceasa (6 processos)	3	76	611	690	79	(8)	71	71
Trabalhista - Terceirizadas (216 processos)	474	947	99	1.520	1.421	(288)	1.133	1.495
Cíveis (41 processos)	-	-	55	55	-	-	-	29
	<u>477</u>	<u>1.023</u>	<u>765</u>	<u>2.265</u>	<u>1.500</u>	<u>(296)</u>	<u>1.204</u>	<u>1.595</u>

(*) Valores reclassificados para o passivo.

	Movimentação da Provisão para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.566	29	1.595
Constituição	414	-	414
Baixas/reversão	(896)	(29)	(925)
Baixa de depósitos judiciais	120	-	120
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.204	-	1.204

14.1 Trabalhistas - Ceasa

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

14.2 Trabalhistas – Terceirizadas / Indenizações judiciais a pagar

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Em outubro de 2007, por determinação judicial, houve bloqueio judicial nas contas da Ceasa. Em 31 de dezembro de 2008, estavam bloqueados R\$71 por conta dos processos trabalhistas movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Kadastro Administração e Serviços S/C Ltda., aos quais a Ceasa, com a Prefeitura de Campinas, responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais junto aos reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 90% do valor das causas. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Quanto aos processos cujas audiências ainda não foram realizadas, a Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$389, classificando a probabilidade de perda como provável e possível. Vale ressaltar que, para esses processos, há bloqueios e depósitos judiciais que somam R\$88.

Conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia, no decorrer do exercício, foram constituídas provisões para contingências referentes a processos movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Offício Segurança e Vigilância Ltda., cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis no montante de R\$714. Ressaltamos que, para esses processos, há depósitos judiciais que somam R\$164.

Os demais processos foram provisionados no total de R\$397 e há R\$44 em depósitos judiciais referente a estes processos.

14.3 Cíveis

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Ceasa.

No geral, a Administração decidiu provisionar o valor de R\$1.204, líquido dos bloqueios e depósitos judiciais, referente aos processos cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é de R\$8.562 totalmente subscrito e integralizado. Em 31 de dezembro de 2007, o capital social da Companhia estava representado por 8.562.223 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal. Já em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Ceasa está representado por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para a Prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas. A ATA da 56ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2008, aprovou a alteração da quantidade de ações em circulação, tendo em vista os ajustes emergentes da regularização nas quantidades de ações detidas pelos atuais acionistas, sem qualquer alteração na proporção da participação possuída pelos acionistas no capital social.

16. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Em 2007, o saldo era representado pelas indenizações recebidas da empresa Unibanco AIG Seguros S.A., referente ao sinistro de dois veículos e reembolso dos custos com a manutenção dos prédios danificados pelo vendaval que atingiu a Companhia. Já em 2008, o saldo é representado pela provisão para perda nos investimentos e custo da baixa de ativo imobilizado.

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Indenização seguro sinistro veículos	-	34
Indenização seguro sinistro prédios	-	79
Provisão para perdas investimentos e baixa imobilizado	<u>(7)</u>	<u>-</u>
	<u>(7)</u>	<u>113</u>

17. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2008			2007		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízo antes dos impostos	(1.494)	(1.494)		(1.928)	(1.928)	
(+) Adições						
Permanentes	1.271	1.293		1.247	1.270	
Temporárias	478	478		1.683	1.683	
(-) Exclusões						
Permanentes	(1.053)	(1.053)		(200)	(200)	
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL e Lucro real/base de cálculo da CSLL	(798)	(776)		802	825	
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	-	-		(241)	-	
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	-		-	(248)	
Prejuízo fiscal/base negativa da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	(798)	(776)		561	577	
Imposto de renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 240)	-	-		116	-	
Contribuição social - alíquota 9%	-	-		-	52	
	-	-	-	116	52	168
(-) Dedução incentivos fiscais - PAT	-	-	-	(3)	-	(3)
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	113	52	165

A Companhia não efetuou a provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Também não constituiu tributos diferidos sobre as adições temporárias pelo fato de serem irrelevantes.

Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prejuízos fiscais	867	69
Base negativa da contribuição social	1.236	460

18. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que a Administração considera suficientes para a cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Itens segurados</u>	<u>Risco coberto</u>	<u>Valor segurado</u>	
		<u>2008</u>	<u>2007</u>
Edifício + conteúdo	Incêndio, raio e explosão	27.200	27.200
	Vendaval	5.440	5.440
	Danos elétricos	2.720	2.720
	Tumulto, saques e atos dolosos	500	500
	Desmoronamento	200	200
	Roubo, furto qualificado de bens e mercadorias	200	200
	Responsabilidade civil	500	500
	Impacto de veículos - aéreos/terrestres	500	-
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado	Valor de mercado
	Danos materiais e danos pessoais	3.510	3.225

19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente. Deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações contábeis, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prejuízo do exercício	(1.079)	(1.678)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	165
Imposto de renda e contribuição social - reversão	(415)	(415)
Depreciação	<u>2.078</u>	<u>1.933</u>
EBITDA	<u><u>584</u></u>	<u><u>5</u></u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia compreendem as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo. Os valores contábeis refletem os valores de mercado.

A Companhia não tem instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 Cancelamento da cobrança realizada pela Prefeitura de Campinas

No decorrer do exercício de 2008, a Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa recebeu diversos boletos de cobrança da Prefeitura de Campinas referentes à taxa de uso do aterro sanitário Desta A, localizado no Jardim São Caetano, Campinas – SP, compreendendo o período de janeiro de 2001 a outubro de 2007. O valor total dessa cobrança, atualizado até o final do exercício, é de R\$7.602.

Entendendo que esse valor não é devido, a Companhia enviou um ofício à Prefeitura de Campinas solicitando o cancelamento da cobrança desse auto de infração correspondente à utilização de aterro sanitário, protocolado no dia 29 de outubro de 2008.

No dia 30 de dezembro de 2008, a Companhia recebeu cópia do ofício emitido pela Prefeitura Municipal de Campinas no qual foi solicitado a suspensão temporária da cobrança até que seja feito estudos a respeito do mérito dos lançamentos e adequação do Termo de Cooperação/Convênio já existente entre as partes sob nº 042/2008.

Em 27 de fevereiro de 2009 foi emitida “Declaração de extinção de débitos tributários”, assinada pelo diretor do departamento de cobrança e controle de arrecadação da Prefeitura Municipal de Campinas, extinguindo os débitos tributários decorrentes da utilização do aterro sanitário e serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos do período de janeiro de 2001 a outubro de 2007. A extinção do débito tributário está amparada no termo de convênio nº 42/2007 firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – CEASA.

* * *